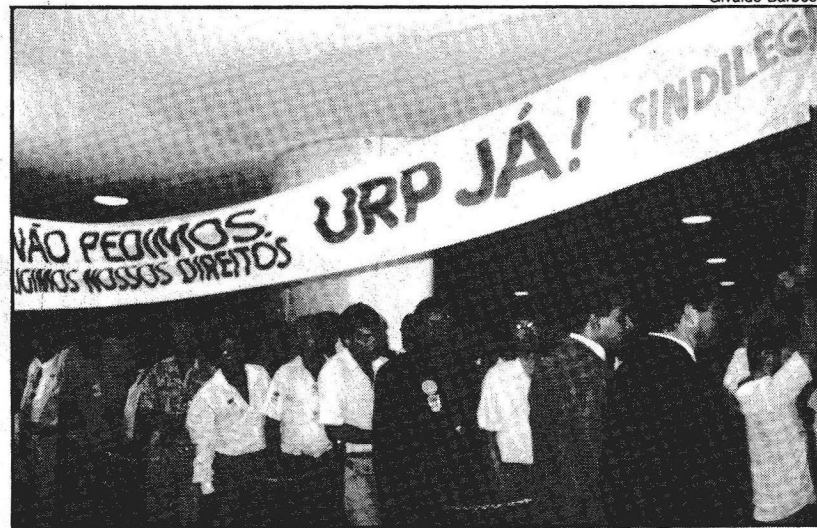


Servidor entra em greve e tumultua o Congresso

Apesar de parcial, a greve dos servidores do Legislativo tumultuou ontem o funcionamento dos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e, entre outras consequências, provocou o adiamento do depoimento que o ex-ministro Antônio Rogério Magri faria na CPI da Corrupção. A energia do prédio do Congresso foi desligada e os elevadores não puderam funcionar.

Os servidores, que pela primeira vez na história obrigaram o Congresso a paralisar suas atividades, pararam por 24 horas em protesto pelo não-pagamento das URPs de abril a outubro de 1988 e de fevereiro a dezembro de 1989 — resíduo referente a perdas salariais em consequência do Plano Bresser. Os servidores do Senado chegaram a receber 30% do valor total em janeiro último.

A decisão de parar foi tomada na manhã de ontem, em assembléia dos servidores. À tarde, após reunião com os representantes dos funcionários, o deputado Ibsen Pinheiro, presidente da Câmara, decidiu formar uma comissão de parlamentares para tentar junto ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sydney Sanchez, agilizar o julgamento do mérito da questão da URP — os servidores obtiveram, em dezembro, liminar liberando o pagamento. A Mesa da



Givaldo Barbosa

Grevistas, em defesa da URP, tomaram os corredores da Casa

Câmara entrou com recurso, que ainda aguarda julgamento.

Média

Hoje, os servidores realizam nova assembléia, para decidir se mantêm ou não a paralisação. Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis), Mauro Dantas, o movimento vem reforçar a idéia de que “os servidores do Congresso Nacional não são marajás, como muitos afirmam”. Segundo Dantas, a média salarial não ultrapassa as Cr\$ 1,2 milhão.

Cálculos feitos pela área financeira do Legislativo apontam gastos aproximados de Cr\$ 114 bilhões com a eventual concessão do que é reivindicado pelos funcionários da Casa.

O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, reconheceu o direito de greve dos servidores, “que lutam por uma causa justa”, mas admitiu que precisará pedir verba suplementar ao Governo, a ser retirada do orçamento da União, para poder pagar os servidores.